

# A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: CAMINHOS À INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

Autor (1) Adriana Antero Leite; Co-autor (1) Germana Castro Barbosa.

*Mestres em Ciências da Educação- Universidade da Madeira-PT, adrianaantero33@gmail.com*

## RESUMO

O presente artigo é parte das pesquisas e leituras realizadas durante o período em que buscou-se encontrar práticas pedagógicas inovadoras, a fim de construir a dissertação que deveria ser desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação-Inovação Pedagógica da Universidade da Madeira, Portugal. Como aparentou-se difícil de encontrar em escolas regulares algum tipo de inovação pedagógica, passou-se então a buscar em outros modelos educacionais diferenciados uma alternativa que pudesse atender ao objetivo da linha de pesquisa: investigar inovação pedagógica. Nas andanças pelo interior do Estado do Ceará, deparou-se com a terra do povo Tremembé, localizada no município de Itarema, na Praia de Almofala. Localizou-se nessa comunidade indígena uma escola que indicava uma prática pedagógica fora dos padrões comuns. Com base nos estudos teóricos, partiu-se inicialmente com Manacorda (2010), para traçar um breve relato histórico da educação escolar. Toffler (2001), Kuhn (2009) e outros autores possibilitaram que se compreendesse o paradigma fabril. Assim, com apoio em Fino (2001, 2008, 2011a, 2011b) conseguiu-se estabelecer o elo entre os conceitos para entender e explicar a inovação pedagógica e encontrar na educação escolar indígena os vestígios estudados. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, do tipo etnográfico, com observação participante. Para a coleta de dados, foram utilizados entrevistas, fotografias, documentos, olhares e gestos. Concluiu-se que a escola diferenciada é um lugar de reinvenção da identidade E das práticas culturais indígenas que se sobrepõem ao modelo fabril, configurando uma ruptura com o paradigma atual.

**Palavras-chave:** Prática pedagógica, Reinvenção sócio-cultural, Inovação pedagógica.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte da experiência vivenciada nos estudos do mestrado em Ciências da Educação da Universidade da Madeira em Portugal e teve como linha de pesquisa a Inovação Pedagógica.

À medida que se aprofundavam os conceitos de inovação pedagógica, verificava-se que encontrar práticas pedagógicas inovadoras nas escolas regulares da educação básica seria uma tarefa difícil ou até impossível. Decidiu-se então sair do universo das escolas que tem uma organização considerada regular e buscar outras que pudessem atender as necessidades da pesquisa. Deste modo, partiu-se para verificar escolas oriundas de movimentos sociais; aquelas que surgiram pelas mãos e lutas das comunidades em que se inserem. E foi no interior do Estado que tais iniciativas foram encontradas com maior destaque.

As investigações conduziram ao contexto da escola indígena, no município de Itarema, interior do Estado do Ceará. Os elementos encontrados levaram a um primeiro questionamento: A escola indígena pode ser considerada uma escola inovadora? Os métodos adotados na sua prática pedagógica alfabetizadora constituem inovação?

Para responder a tais questões, iniciou-se uma pesquisa sobre os povos indígenas no Brasil que levou à descoberta de que, embora a maior concentração desses povos nativos se dê nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, encontra-se também, nas demais regiões brasileiras, a incidência de algumas etnias.

O Nordeste brasileiro foi a primeira região de contato dos povos invasores com os nativos e, portanto, a que passou por processo de expulsão e extermínio mais rápido. Sobre isso, afirma Laraia (2004, p. 265): “No Estado do Ceará, restam apenas 4.675 hectares de terras indígena, partilhados por dois grupos bastante integrados, Tapeba e Tremembé (...)”. Apesar disso, encontra-se uma forte presença indígena, tanto nos traços físicos dos habitantes quanto nos seus costumes.

Dando ênfase aos povos nativos do Estado do Ceará, este trabalho opta por investigar, dentre as etnias indígenas aqui existentes, os Tremembé, povo bastante bem organizado politicamente e com histórico de árdua luta por seus direitos. A maior concentração desse povo se dá no interior do Estado do Ceará, mais particularmente em Itarema, na praia de Almofala, local da realização desta pesquisa.

A opção por uma investigação qualitativa do tipo etnográfico foi feita por se concentrar num caso em particular, ou seja, em uma determinada escola. Nas pesquisas em educação, somente a etnografia é capaz de realizar uma observação fiel da realidade, especialmente diante do objeto a ser investigado, a prática pedagógica diferenciada e a inovação pedagógica. Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 47), “somente adentrando o ambiente é possível elucidar as questões educativas”.

Para a coleta de dados optou-se pela observação participante, entrevistas, análise documental, fotografias, gestos, olhares e discurso dos sujeitos pesquisados, elementos estes fundamentais para a compreensão do processo sob o seu ponto de vista.

No campo específico da Escola Maria Venâncio, buscou-se em seus pressupostos e métodos pedagógicos elementos de inovação pedagógica. Descobriu-se um povo guerreiro, trabalhador, organizado e que vê a escola como instituição social, política e cultural capaz de garantir o processo de ensino aprendizagem e a manutenção das tradições do povo Tremembé.

Esta escola diferencia-se das convencionais por romper com a infraestrutura padrão, tendo uma organização docente e social únicas em que a figura do cacique é fundamental tanto para os assuntos políticos e sociais, quanto para os pedagógicos. O Projeto Político Pedagógico fundamenta-se em suas tradições e práticas culturais e as suas normas de conduta são pautadas pelos valores do povo Tremembé. Durante a observação participante, constatou-se que o papel da escola vai muito além da sala de aula. Essa escola é considerada uma vitória

da luta desse povo, que também conseguiu, em 2006, a implantação do Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS), sendo a primeira Licenciatura Intercultural do Nordeste e a primeira no Brasil a formar em nível superior.

A escola diferenciada é lugar de reinvenção da identidade indígena e resgate das práticas culturais que se sobrepõem ao modelo fabril, configurando uma ruptura com o paradigma atual. É importante destacar que cada escola indígena busca ressaltar as especificidades do seu próprio contexto. Assim sendo, para descrever as diferentes escolas indígenas, seriam necessários inúmeros pesquisadores nas escolas indígenas espalhadas por todo o Brasil.

Nas leituras sobre os povos indígenas e suas escolas diferenciadas, perceberam-se traços inovadores que se configuravam na medida em que a revisão da literatura se aprofundava. Foi no contexto da escola diferenciada indígena do povo Tremembé que se encontraram elementos para responder aos questionamentos que se apresentaram à pesquisa.

Vale lembrar que foi na prática cultural que esta investigação ganhou vida e que se construiu esta análise, com fundamentos na etnografia, nas observações, à luz da realidade encontrada e vivenciada. Portanto, este estudo trouxe significativas respostas sobre a educação escolar indígena, suas conquistas, suas características específicas e diferenciadas, que se configuram como terreno fértil na prática da inovação pedagógica.

## **2. INOVAÇÃO PEDAGÓGICA**

### **2.1 A educação escolar, o paradigma fabril e a inovação pedagógica**

No período medieval, a escola era exclusiva das elites e monastérios. A educação escolar era totalmente restrita aos ensinamentos da Igreja Católica, ou seja, dela emergiam os modelos educativos e sua organização. Nos anos que vieram após o primeiro milênio surgem os mestres e as universidades, nascendo as corporações de artes e ofícios e as comunas. Começa a desenvolver-se uma burguesia urbana, surgindo novos modos de produção e, em consequência disso, a necessidade de um processo de formação, uma especialidade.

Com a ciência incrementando os modos de produção, trabalho e ciências tendem a aproximar-se, sendo nesse contexto que a educação moderna começa a surgir. Segundo Manacorda (2010, p. 303), “Fábrica e escola nascem juntas: as leis que criam a escola de Estado vêm juntas com as leis que suprimem a aprendizagem corporativa (e também a ordem dos jesuítas)”.

Com o advento da industrialização, emerge a necessidade de mão de obra, indispensável ao funcionamento da fábrica. “A solução era um sistema educacional que, em sua própria estrutura, simulasse esse mundo” (TOFFLER, 2001, p. 322). Na visão de Toffler (2001, p. 321), esta “era mecânica” chegou exigindo certo tipo de formação e indivíduos com aptidões que os valores tradicionais do trabalho educativo realizado pelas famílias eram incapazes de transmitir. A resposta veio através da educação escolar, capaz de adaptar as crianças a um novo mundo, novos valores, outros comportamentos. “A vida no interior da escola tornou-se assim um espelho antecipatório, uma apresentação perfeita da sociedade industrial” (TOFFLER, 2001, P.321), com horários, disciplina, conteúdos previamente organizados, e todos os equipamentos necessários à reprodução da cultura industrial.

Fino e Sousa (2001) afirmam que este é o objetivo da escola pública, aquela que emergiu da modernidade em resposta aos anseios da sociedade industrial. E esclarecem que essa escola da modernidade foi sendo estruturada para que os alunos,

[...] ao entrarem na escola, [passassem] imediatamente a “respirar” uma atmosfera carregada de elementos e de significações que se revelaram ser muito mais importantes e decisivos que as meras orientações inscritas no brevíssimo currículo “oficial” da escola pública. Assim, a escola pública nasceu equipada já com elementos representativos da cultura industrial (SOUSA; FINO, 2008, p. 3).

O objetivo desse modelo de escola é a educação em massa, a que se agregaram outras equivocadas visões, como a de que a escola instrui para a vida, pois o conhecimento está dentro dela. Tais elementos foram se estruturando e formando o que Fino (2011, p. 47) denominou de “cultura escolar tradicional”, a qual se entranhou no núcleo da escola, nos docentes que dela fazem parte e naqueles que ainda estão em fase de formação.

Enguita (2004, p. 28) acrescenta que a função da educação é a reprodução da estrutura social, seja nas sociedades primitivas (como já o foi) ou na pré-industrial. E referindo-se à industrialização, afirma:

[...] foi seu surgimento, com a conseqüente separação dos locais de trabalho e residência, da atividade trabalhista e da vida doméstica, da empresa da aprendizagem etc., que criou a necessidade tanto de novas instituições encarregadas da custódia das crianças como de novas formas de socialização e de capacitação para o trabalho.

A escola surgiu para cumprir esse papel, estruturando-se como um “cenário adaptativo” em que “a sala de aula é a primeira bancada de trabalho do futuro trabalhador, e o professor, seu primeiro capataz - embora ambos suavizados, em versão *ad usum delphini*” (Idem, p. 30). E é essa mesma escola, estruturada para atender as demandas da sociedade industrial e, na visão de Fino (2011, p.46), capaz de produzir o que essa sociedade almeja: “[...] baixo custo, paz social e homens adaptados às exigências de um modelo novo de

produção”, que, por si própria, seleciona, exclui, organiza, de acordo com as necessidades do trabalho.

Até meados do século XX, esta escola, que preparava a mão de obra e organizava a divisão social do trabalho, sobreviveu. Contudo, com o avanço tecnológico, a rapidez das informações, o uso das tecnologias nos mais diversos setores econômicos, a sociedade passa a exigir reformas imediatas. A escola deixa de ser o único centro de distribuição do conhecimento, e se inicia um processo de busca à adaptação em sua estrutura para atender a nova demanda desse novo mundo.

Assim, a educação e mais precisamente a escola, que, durante séculos, ocupou papel central no que diz respeito à transmissão dos saberes necessários à evolução da humanidade, agora se vê forçada a adaptar-se ao ritmo das mudanças ou se tornará parte de uma história de fracasso.

Fino (2011), ao constatar que a cultura escolar tradicional baseada no “modelo fabril” está presente no cerne da escola e que é com fundamento nessa cultura que professores e alunos vêm sendo educados, expõe-nos a necessidade de que a escola precisa atender a realidade que se apresenta na sociedade atual. Para tanto, é necessária a ruptura com a cultura fabril, ou seja, uma mudança nos elementos que a estruturam. A inovação pedagógica só poderá se instalar em sincronia com a mudança da visão de que a escola atende uma sociedade homogênea.

### **3 UM POUCO SOBRE O POVO TREMEMBÉ**

Nos séculos XVI e XVII, o povo Tremembé ocupava a faixa litorânea que vai do atual Ceará ao Maranhão. Em alguns relatos, esse povo é citado também como trammambés ou tarammambés.

No Ceará, os dados da FUNAI (2011) confirmam a existência de 5183 índios Tremembé, sendo assim o grupo indígena mais populoso. Estes vivem nos municípios de Itarema, Acaraú e Itapipoca. Em Itarema, vivem na costa litorânea, Distrito de Almofala, bem como no interior, numa área conhecida como Córrego João Pereira.

Na região de Acaraú, entre os anos de 1724 a 1744, várias sesmarias foram doadas nos limites das terras habitadas pelo povo Tremembé. Extensas áreas dessas terras foram doadas a padres seculares da missão Nossa Senhora da Conceição dos Tramambés, composta de religiosos e alguns leigos, para servirem à criação de gado. Em 1766, tornou-se uma freguesia de índios e terminou por ser rebatizada, com um nome de origem árabe-portuguesa: Almofala.

Em 1897, havia em Almofala apenas a igreja, com algumas poucas casas ao seu redor. Essa igreja foi soterrada por uma duna, e ficou assim por 40 anos. Esse fato fez alguns moradores se mudarem. Depois disso, a população de Almofala passou a ser quase que exclusivamente indígena. Em 1941, quando a duna voltou a se deslocar, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição reapareceu, e os devotos juntaram-se para retirarem definitivamente a areia. Dois anos depois, realizou-se a missa que marcou o reinício do funcionamento do templo. Em 1984, essa igreja foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN.

Na década de 1990, os Tremembé passaram a receber atenção governamental nas áreas de saúde e educação. A FUNAI, o Governo Estadual e os municípios, além de organizações não governamentais e entidades civis, procuram suprir as necessidades desse povo, atendendo à legislação em vigor. Atualmente a terra indígena Tremembé de Almofala, uma área de 4.900 ha, está devidamente identificada e delimitada. Dados da FUNAI (2011) estimam que vivem ali 2.113 índios.

### **3.1 A escola diferenciada do povo Tremembé**

A escola surgiu para atender as crianças índias, que eram discriminadas noutras escolas, razão pela qual terminavam por abandonar as aulas, ficando seus pais impotentes ante tal situação.

Foi então que a índia Raimunda Marques do Nascimento, filha do Cacique, resolveu criar a Escola Alegria do Mar, uma escola simples que funcionava na casa do cacique, sendo ela mesma a primeira professora. A escola tinha como objetivo ensinar as crianças a ler e escrever, respeitando e dando continuidade às tradições culturais do povo Tremembé. Na época, cada pai de aluno contribuía com um cruzeiro.

Algum tempo depois, a Igreja Evangélica de Maringá resolveu apoiar a escola e assumir o pagamento da professora. A partir dali o número de alunos cresceu e mais professores vieram para ajudar como voluntários.

Em 1990, com o objetivo de organizar a tradição e a luta pela demarcação da terra, organizou-se o Conselho Indígena Tremembé de Almofala (CITA). Somente em 1999 se celebrou o convênio com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) para o pagamento dos professores indígenas. Nesse tempo, a escola ainda funcionava num galpão coberto de palha. Após anos de luta, a escola foi construída com infraestrutura adequada e inaugurada em 2006.

### **3.2 O Projeto Político Pedagógico e a Escola Diferenciada**

O projeto político pedagógico (PPP), burocracia necessária às escolas por exigência da legislação brasileira, não traz qualquer fundamentação teórica como nos Projetos Pedagógicos das escolas fabris. O Regimento Escolar não foi elaborado, pois, no caso da Escola Diferenciada Maria Venâncio, ela é regida pelas tradições culturais do Povo Tremembé.

Os Tremembé não precisam dos autores tradicionais, mas sim das tradições orais, das lideranças, dos idosos, do cacique, do pajé, das crianças, dos encantados<sup>1</sup>, da terra. É a cooperação entre eles que fundamenta a prática pedagógica da escola. Na Escola Maria Venâncio, a comunidade escolar não vê a necessidade de colocar no papel o que somente as gerações passadas e futuras são capazes de “ensinar”.

A Constituição Federal/1988, em seu art. 210, “Assegura às comunidades indígenas, no Ensino Fundamental regular, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (...)”. Assim, a escola diferenciada, como instrumento de perpetuação da cultura e das tradições, deve organizar-se em torno dos próprios valores, e construir sua escola com fundamento em sua diferença e especificidade.

Kahn & Azevedo (2004) destacam que o Projeto Político Pedagógico é o ponto de partida de qualquer escola para a elaboração do currículo, o que não pode deixar de ocorrer também na escola indígena. Cada etnia pode, porém, optar por uma escola voltada para suas especificidades étnicas ou não. Durante as visitas, foi possível observar que a professora regente do 2º ano utilizava o livro didático do PAIC<sup>2</sup>, mas a sua abordagem dos conteúdos era feita partindo sempre das práticas e vivências locais e do conhecimento prévio das crianças.

### **3.3 A Escola Maria Venâncio e a inovação pedagógica**

Durante o período da pesquisa o foco não se manteve somente no universo da sala de aula. Em primeiro lugar porque a prática pedagógica está presente em toda a totalidade da escola, começando no portão de entrada. Em segundo lugar, porque a educação escolar e a educação indígena se confundem. Não há diferença entre ambas. A escola é uma extensão e o resultado de uma luta de décadas.

Luciano (2006, p. 131) destaca que “[...] a prática pedagógica tradicional indígena integra, sobretudo, elementos relacionados entre si: território, língua, economia e parentesco, quatro aspectos fundamentais da cultura integrada. ” Essa afirmação estimula a expandir a

---

<sup>1</sup> É o modo como o povo Tremembé se refere aos antepassados.

<sup>2</sup> O Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) é uma política pública do Governo do Estado do Ceará e tem por objetivo geral alfabetizar os alunos até o segundo ano do ensino fundamental.

investigação, observando a escola como um todo sem perder o foco – a sala de aula. A etnografia dá esta liberdade.

Fino (2008) afirma que a inovação pedagógica só poderá ocorrer se houver ruptura com o paradigma fabril, caso se desenvolvam novas culturas, diferenciadas desse modelo. Este pensamento justifica o olhar, nesta pesquisa, para o entorno da sala de aula.

A escola diferenciada constitui-se de homens e mulheres, de um povo diferente em todos os aspectos e que têm em sua cultura o “modelo” a ser seguido. Essa escola não serviria aos propósitos de outra sociedade, nem de outro povo. Não é apenas diferenciada, mas, também, específica.

Do ponto de vista do seu povo, a escola surgiu para atender às reivindicações deles próprios, que concebem a instituição como “espaço de luta”. A esse respeito, pronuncia-se o Cacique João Venâncio:

O papel da escola... ela é uma referência de tentar passar para nossa juventude que tá (sic) nascendo hoje exatamente a questão cultural do seu povo do aldeamento. Porque a escola está dando exatamente o foco do conhecimento da cultura do povo Tremembé, a partir do jovem e das crianças. O que ele pode, não pode, o que ele deve preservar, o que não deve. É este o papel fundamental da escola indígena Tremembé. O fato da escola ser diferenciada, o passo é este... é fazer essa criança produzir cultura para que mais tarde ela possa dizer: Eu sou um Tremembé, eu sou cidadão brasileiro, eu aprendi a cultura do meu povo.

A conversa com o líder Tremembé dá a certeza de que é por meio da cultura local que a escola indígena se diferencia e inova. É na preservação dessa cultura que o orgulho índio se sustenta. A escola é a célula cujo núcleo é a cultura, de onde surgem todas as práticas. Tudo é prática pedagógica. A escola é espaço de todas as aprendizagens. É nesse lugar que as tradições se reproduzem, renascem. Para a escola, o principal está em trabalhar a realidade do povo, a história, a cultura local e a base nacional comum sem esquecer a própria história.

Ensinar a ler e escrever é fundamental. É por meio do saber que o povo indígena garante sua autonomia. O professor Getúlio explica que não é difícil trabalhar os conteúdos “obrigatórios” relacionando-os à cultura local. Não importa qual é a área do conhecimento, o importante é começar pela história local. É um trabalho realizado com a participação dos alunos, que, por meio da realidade e da vivência, sugerem as atividades pedagógicas. A coordenadora pedagógica Aurineide diz que são realizadas rodas de conversas com os alunos. Nem o Torém<sup>3</sup> é obrigatório. Às vezes passam uma semana só de cultura, outra de arte, outra fazendo artesanato.

---

<sup>3</sup> Dança tradicional do Povo Tremembé.

Nas palavras da coordenadora Aurineide: “Na semana do meio ambiente, limpamos a praia; e no período que se aproxima do 7 de setembro, estudamos nosso passado, nosso presente e o nosso futuro”. As comemorações que envolvem o Dia da Independência do Brasil recebem a denominação de Marcha da Liberdade. A cada ano, nos dias que antecedem a Marcha, o povo Tremembé estuda e pesquisa sua própria realidade e dela parte para desenvolver um tema, pertinente ao momento.

A luta pela terra é outro aspecto extremamente ligado à prática pedagógica, e a preservação do meio ambiente é a bandeira de luta do povo índio. O trabalho tem início na comunidade indígena, que tem a escola como a raiz que alimenta uma árvore frondosa que floresce a cada ano e já começa a dar frutos. É da escola que o povo Tremembé se alimenta, respira, vive. Em 2013, a X Marcha da Liberdade foi denominada “X Marcha de Resistência e Autonomia do povo Tremembé”, em protesto, pela não degradação ambiental. O tema gerador de 2013 desenvolveu-se em torno da tentativa do governo de implantar um parque eólico nas terras demarcadas. Apesar das inúmeras promessas de geração de emprego, renda, turismo, o povo Tremembé constata, após estudos realizados, que o parque eólico leva à degradação ambiental.

No dia da marcha, 7 de setembro, após as 8 horas, começam a chegar os ônibus trazendo o pessoal das escolas dos outros aldeamentos; Tapera, Capim-Açu, Batedeira, Saquinho, Torrões, Rosa Suzana, Passagem Rasa, Mangue Alto. A questão sobre a instalação do Parque Eólico é o destaque das discussões. O Povo Tremembé argumenta que a Usina trará consequências graves, a degradação ambiental e a invasão da terra indígena.

E o dia segue animado encerrando a primeira parte por volta das 15 horas. As escolas começam a tomar suas posições para iniciar a Marcha. Os líderes dos aldeamentos ficam à frente, segurando a faixa de destaque do Tema. As localidades e as escolas vão se organizando logo atrás. O cacique João Venâncio faz uso do microfone, explica a trajetória da Marcha e diz: “Coisa boa, isso é autonomia... Nossa autonomia de viver cada um na sua localidade com educação e saúde, enfim, com tudo que se possa imaginar”.

Depois de percorrerem as ruas da cidade, passam pelo cemitério, onde os encantados são saudados; seguem para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Almofala, onde formam um círculo e fazem a leitura das faixas. As atividades continuam e todos retornam à escola para o batizado. O Cacique inicia a cerimônia, explicando que os próprios índios, o cacique e o pajé, casavam e batizavam seu povo. Depois a Igreja Católica proibiu essa prática e eles deixaram de as realizar. Em 2013, os Tremembé de Almofala decidiram retomar a prática dos antepassados. A cerimônia então é realizada. As duas crianças batizadas, um casal,

são netos do cacique, filhos de Liduína e João Filho. Terminado o batizado, a escola comemora com muita música, danças, bebidas e comidas. É muita alegria! A Escola Maria Venâncio é o palco de todas as manifestações: religiosas, artísticas, culturais, políticas; tudo é prática pedagógica.

Os moradores do entorno que se identificam com os índios prestigiam a festa, os líderes de outras aldeias e etnias, assim como pesquisadores de várias universidades, inclusive estrangeiras. A festa segue por toda a noite estrelada e, quando o sol nasce, grande e majestoso, o Torém encerra a festa.

#### **4 CONCLUSÃO**

As pesquisas que originaram este artigo tiveram como ponto central a busca pela inovação na prática pedagógica do professor. O universo escolhido a Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Maria Venâncio, localizada na Praia de Almofala, distrito de Itarema, Estado do Ceará.

Com o objetivo de investigar com rigor, adotou-se a pesquisa qualitativa do tipo etnográfico com observação participante. Utilizaram-se diferentes instrumentos de coleta de dados, que foram fundamentais durante a análise.

Pesquisar a prática pedagógica que acontece dentro da escola diferenciada foi o primeiro aspecto considerado, ao se buscar encontrar inovação pedagógica no âmbito da escola indígena. Na busca por elementos que conduzissem às respostas das questões que motivaram este artigo, desenvolveu-se o trabalho na escola do povo Tremembé, por se tratar de uma escola diferenciada e também específica. Importante destacar que cada escola indígena busca ressaltar as especificidades do seu povo. Portanto, para descrever as diferentes escolas indígenas, seriam necessários inúmeros pesquisadores nas diversas escolas indígenas espalhadas por todo o país.

No campo específico da Escola Maria Venâncio, ao pesquisar em seus pressupostos e métodos pedagógicos elementos de inovação pedagógica, encontrou-se um povo guerreiro, trabalhador, organizado e que vê a escola como instituição social, política, cultural, capaz de garantir o processo de ensino-aprendizagem e, ao mesmo tempo, manter as tradições do povo Tremembé.

Este povo era dono da terra, pescava e caçava. Na época dos fortes ventos quando a pesca não era possível, migrava para a região da Serra da Ibiapaba. Na estação seguinte voltava para o litoral. Quando o Brasil foi dividido em sesmarias, suas terras foram doadas. Mesmo assim, resistiram e ressurgiram no cenário nacional após a Constituição Federal de

1988. Organizaram-se politicamente em torno do Conselho Indígena Tremembé de Almofala e, a partir daí, passaram a reivindicar a demarcação da terra indígena e seus demais direitos constitucionais.

O projeto político pedagógico não precisa de encontrar fundamento por meio de teóricos da educação ou pensadores da filosofia ou sociologia. O projeto constrói-se sobre as tradições culturais e os valores do povo Tremembé. Não há necessidade de regimento escolar, pois sua organização gira em torno do cacique, do pajé e do respeito às regras e normas naturais impostas desde a ancestralidade.

No período das observações, constatou-se que a prática pedagógica pode ser observada em todos os cantos da escola. Concluiu-se que a prática pedagógica extrapolava o universo da sala de aula. Mesmo a professora, utilizando o material estruturado do PAIC a fim de “obedecer” às normas da SEDUC, intercalava suas aulas com os textos dos Tremembé, com suas histórias e vivências, e destacava a história local diariamente.

Saber ler e escrever é importante, assim como dançar e cantar o Torém. Da sala de aula surgem todas as práticas. A luta pela terra, a preservação do meio ambiente, as danças, as artes, as brincadeiras e as histórias. E assim, a escola dá lugar a todas as manifestações.

A escola é consequência de uma luta secular, em que parcerias e alianças com outros povos tiveram papel fundamental. Sendo assim, é nela que todas as reivindicações são plantadas, adubadas, regadas e colhidas. É por meio da escola que as futuras gerações são preparadas, dentro das tradições, para a preservação e transmissão do patrimônio e da memória cultural às gerações futuras.

A discussão sobre isso deve ser longa, e algumas leis lançadas displicentemente num livro oficial não vão resolvê-la. O alicerce já foi plantado. O MITS conseguiu formar professores índios que estudam e se aprofundam em seus elementos e práticas culturais e amadurecem suas práticas pedagógicas valorizando cada vez mais as especificidades do seu povo. A ruptura com o paradigma fabril ainda é um desafio, mas encontra solo fértil na escola diferenciada do povo Tremembé.

## 5. REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

CARVALHO, E. B. S. **Marco Referencial dos povos indígenas do Estado do Ceará**. IPECE, s/d, p.9. Disponível em [www2.ipece.ce.gov.br](http://www2.ipece.ce.gov.br). Acesso em 13 de outubro de 2010.

CORDEIRO, J. **Os índios no Siará: massacre e resistência**. Fortaleza: Hoje/Assessoria em educação, 1989.

ENGUITA, M. F. **Educar em Tempos Incertos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FINO, C. N. **Um novo paradigma (para a escola): precisa-se**. Funchal: FORUMa – Jornal do Grupo de Estudos Clássicos da Universidade da Madeira, 2001.

\_\_\_\_\_. A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais. In: Christine Escallier; Nelson Veríssimo (Orgs.) **Educação e Cultura**. Funchal: DCE/Universidade da Madeira, 2008. p. 43-53. Disponível em <[www.uma.pt/carlosfino/publicacoes.htm](http://www.uma.pt/carlosfino/publicacoes.htm)> Acesso em 20 out. 2010.

\_\_\_\_\_. Demolir os muros da fábrica de ensinar. **Humanae**, v. 1, n. 4, p. 45-54, ago. 2011a.

\_\_\_\_\_. Inovação Pedagógica, Etnografia, Distanciamento. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Etnografia da Educação**. Funchal: Universidade da Madeira - CIE-UMA, 2011b. p. 99-118.

KAHN, M.; AZEVEDO, M. **O que está em jogo na educação escolar indígena?** Educação escolar indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento. Rio de Janeiro: IBASE, 2004, p. 57-79.

LARAIA, R. Nossos contemporâneos indígenas. In: GRUPIONI, L. D. B.; SILVA, A. (Orgs.). **A Temática Indígena na Escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: Editora Global, 2004. p. 261-287.

LUCIANO, G. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MANACORDA, M. A. **História da Educação**. Da Antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUSA, Jesus Maria. O olhar etnográfico da escola perante a diversidade cultural. **PSI (Revista de Psicologia Social e Institucional)**, 2 (1),2000, p. 107-120. Disponível em <[www.uma.pt/jesussousa/publica.htm](http://www.uma.pt/jesussousa/publica.htm)> Acesso em 2 nov. 2010.

TOFFLER, A. **O choque do futuro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VENÂNCIO, J. Entrevista concedida a Adriana Leite. Almofala, 07/09/2013.